

ADOCIMENTO MENTAL E DESIGUALDADES RACIAIS ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Douglas Filipe Costa 1
Patrícia Silva Pereira 2
Anna Luiza Rodrigues Torres 3
Pedro Lucas Alves 4
Eliany Nazaré Oliveira 5

1. Graduando em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Sobral, Ceará. Brasil. Apresentador.
2. Enfermeira. Programa de Residência Uniprofissional em Enfermagem Obstétrica da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Sobral, Ceará. Brasil.
3. Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Sobral, Ceará. Brasil.
4. Enfermeiro. Mestrando no Programa de Pós - Graduação em Saúde da Família - PPGSF da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Sobral, Ceará. Brasil.
5. Enfermeira. Professora, Doutora do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Sobral, Ceará, Brasil.

INTRODUÇÃO: A saúde mental de estudantes universitários tem se consolidado como relevante questão de saúde pública e desafio institucional. Embora o ensino superior seja tradicionalmente associado à mobilidade social e à emancipação intelectual, a vivência acadêmica pode ser permeada por exigências intensas, insegurança financeira e conflitos subjetivos ¹. Evidências contemporâneas apontam crescimento de sintomas de ansiedade, depressão, estresse e esgotamento emocional entre universitários, sobretudo aqueles oriundos de contextos vulneráveis, que enfrentam dificuldades materiais, necessidade de trabalho concomitante e redes de apoio frágeis ². No Brasil, a democratização do acesso ampliou a presença de estudantes negros e de baixa renda, mas persistem desigualdades de permanência e reconhecimento simbólico. Nesse cenário, torna-se evidente que a saúde mental universitária não pode ser dissociada das desigualdades sociais e raciais que atravessam a experiência acadêmica, sendo o racismo estrutural e a discriminação institucional elementos centrais na produção do sofrimento psíquico ²⁻³. Experiências de racismo estrutural e discriminação impactam autoestima, pertencimento e saúde mental, revelando que o sofrimento mental universitário é atravessado por determinantes sociais, econômicos e raciais. **OBJETIVO:** Analisar indicadores de sofrimento mental obtidos por meio do Mental Health Inventory (MHI-38) entre universitários cearenses, com ênfase nas dimensões perda de controle emocional/comportamental e depressão, relacionando os achados às desigualdades sociais e raciais.

MÉTODO: Trata-se de um estudo transversal, descritivo, de abordagem quantitativa, realizado com 829 estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino superior públicas e privadas do estado do Ceará. Foram incluídos participantes com idade igual ou superior a 18 anos, vinculados a cursos de graduação no período da coleta. Para caracterização da amostra, aplicou-se questionário sociodemográfico contendo variáveis relacionadas a sexo, faixa etária, raça/cor autodeclarada, estado civil e renda familiar. Para avaliação da saúde mental, utilizou-se o Mental Health Inventory (MHI-38), instrumento que mensura dimensões positivas e negativas da saúde mental, incluindo ansiedade, depressão, vínculos emocionais, bem-estar e perda de controle emocional/comportamental⁴. Adicionalmente, empregou-se a Escala de Discriminação Racial, com o objetivo de identificar a frequência de experiências discriminatórias em diferentes contextos sociais, como ambiente educacional, serviços de saúde, mercado de trabalho e espaços públicos. No presente estudo, priorizaram-se as análises referentes ao perfil sociodemográfico da amostra, às médias globais das dimensões perda de controle emocional/comportamental, depressão e escore global do MHI-38, bem como à distribuição das experiências de discriminação racial segundo raça/cor. Os dados foram tabulados em banco eletrônico e submetidos à estatística descritiva, por meio de frequências absolutas, relativas, médias e medidas de dispersão. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú de acordo com o Parecer nº 6.279.258 e conduzido em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, com participação voluntária mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

RESULTADOS: A amostra apresentou predominância do sexo feminino (52,7%), perfil compatível com estudos nacionais que apontam maior presença de mulheres no ensino superior e maior adesão feminina em pesquisas sobre saúde⁵. A faixa etária predominante foi de 20 a 23 anos (48,6%), período marcado por intensas transformações pessoais, acadêmicas e profissionais³⁻⁵. Em relação à raça/cor, observou-se maior proporção de estudantes autodeclarados pardos (58,1%), seguida por outros grupos raciais, evidenciando a inserção de segmentos historicamente submetidos a desigualdades sociais e raciais no contexto universitário⁵. A maioria declarou-se solteira (87,8%) e a renda familiar concentrou-se entre um e dois salários mínimos (37,3%), indicando condições econômicas potencialmente vulneráveis³. No que se refere à saúde mental, a dimensão Perda de Controle Emocional/Comportamental apresentou a maior média global (60,9), sugerindo elevada frequência de irritabilidade, sensação de sobrecarga e dificuldades no manejo das emoções. Tais manifestações, no contexto universitário, podem estar associadas à pressão por desempenho acadêmico, insegurança quanto ao futuro profissional e exigências adaptativas próprias dessa fase da vida¹⁻⁵. A dimensão Depressão registrou média de 56,3, indicando a presença de sintomas como tristeza persistente, desânimo e desesperança, os quais podem impactar negativamente o rendimento acadêmico e a permanência nos cursos¹. O escore global do inventário evidenciou comprometimento relevante da saúde mental, potencialmente intensificado pela instabilidade econômica e pela fragilidade das redes de apoio social^{1,2,5}. Complementarmente, os dados da Escala de Discriminação Racial evidenciaram maior exposição de estudantes pretos e pardos a situações discriminatórias em diferentes contextos sociais, incluindo

ambiente escolar, mercado de trabalho, serviços de saúde, estabelecimentos comerciais e abordagens policiais. Além disso, observou-se maior preocupação com injustiças raciais desde a infância entre esses grupos. Enquanto mais de 80% dos estudantes pretos relataram já ter vivenciado discriminação, entre estudantes brancos esse percentual foi inferior a 10%. Esses achados indicam que o adoecimento mental não deve ser compreendido apenas sob uma perspectiva individual, mas como expressão de desigualdades sociais e raciais que atravessam a experiência universitária, manifestando-se por meio de microagressões, invisibilidade acadêmica e barreiras institucionais^{1, 5}. A associação entre discriminação racial e a saúde mental observada neste estudo é consistente com a literatura, que reconhece o racismo como um determinante social central da saúde mental³. O racismo, ao operar de forma estrutural e cotidiana, produz efeitos cumulativos que impactam negativamente o bem-estar psicológico, contribuindo para sentimentos de não pertencimento, desvalorização social e maior vulnerabilidade a transtornos mentais¹. Dessa forma, experiências recorrentes de discriminação, como as identificadas entre estudantes pretos e pardos, configuram não apenas eventos isolados, mas processos contínuos de adoecimento psíquico. Ademais, embora a universidade seja frequentemente compreendida como espaço de mobilidade social, pode também reproduzir desigualdades ao não contemplar as especificidades desses estudantes, limitando o acesso a suporte institucional adequado³. Nesse contexto, as iniquidades raciais e socioeconômicas atuam de forma interdependente, intensificando a vulnerabilidade mental e evidenciando a necessidade de abordagens que considerem a complexidade desses determinantes.

CONCLUSÃO: Assim, o estudo evidenciou que os universitários participantes da pesquisa apresentaram indicadores elevados de adoecimento mental, o que reforça a necessidade de políticas institucionais voltadas à promoção da saúde mental, acolhimento psicossocial e prevenção de transtornos emocionais no ensino superior. A compreensão desse fenômeno requer a incorporação da perspectiva da equidade racial, reconhecendo que desigualdades históricas influenciam trajetórias acadêmicas e experiências subjetivas. Dessa forma, recomenda-se que instituições de ensino superior implementem ações integradas de cuidado emocional, assistência estudantil e enfrentamento ao racismo institucional, contribuindo para ambientes acadêmicos mais inclusivos, saudáveis e socialmente justos.

REFERÊNCIAS:

1. Oliveira EN, et al. Discriminação racial e as experiências de estudantes universitários. *Saúde e Pesquisa*. 2025;18.
2. Oliveira RA, Carmo MBB, Vêras RM. Prevalência de transtornos mentais comuns em estudantes universitários da Universidade Federal da Bahia. *Rev Cient UNIFAGOC Saúde*. 2023;8(2):1-12.
3. Silva NG, Barros S, Azevedo FC. Racismo e saúde mental da população negra no Brasil: revisão integrativa. *Saúde Soc*. 2020; 29(2):1-12.
4. Pais-Ribeiro JL. *Inventário de Saúde Mental*. Lisboa: Placebo Editora; 2001.
5. Oliveira RF, Ribeiro LP. Fatores de risco associados ao sofrimento psíquico de estudantes universitários: uma revisão sistemática. *Horizontes*. 2026;43(1):1-18.

DESCRITORES: Saúde mental; Estudantes; Racismo.

EIXO TEMÁTICO: Prática social, cuidado e impactos na saúde da população